Prefeitura Municipal de Rio Grande da Serra

Estado de São Paulo

LEI MUNICIPAL Nº. 2.464, DE 02 DE JUNHO DE 2.022

"Altera dispositivos da Lei Municipal 1.221, de 20 de agosto de 1.999, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Rio Grande da Serra e dá outras providências."

Cláudio Manoel Melo, Prefeito do Município de Rio Grande da Serra, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

LEI

Art. 1°. - A Lei Municipal n°. 1.221, de 20 de agosto de 1.999, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 37 -

Parágrafo único - O funcionário readaptado deverá passar por uma perícia realizada junta médica, constituída através de Portaria, a fim de realizar uma avaliação médico-pericial, a cada 03 (três) meses.

- **Art. 59 A** Poderá ser concedido ao funcionário público até 05 (cinco) faltas abonadas por ano, consideradas como efetivo exercício, desde que a ausência tenha sido ocasionada por moléstia ou motivo relevante, sem prejuízo de vencimentos e demais vantagens, exceto auxílio transporte, desde que sejam atendidos seguintes critérios:
- § 1°. A falta abonada não poderá exceder a uma por mês e deverá ser solicitada previamente à chefia imediata.
- $\S 2^{\circ}$. Ficará a critério da chefia imediata analisar a solicitação de abono de falta, podendo deferir ou indeferir o pedido.
- $\S 3^{\circ}$. As faltas abonadas solicitadas deverão ser usufruídas no mesmo exercício do pedido, vedada a acumulação para o exercício seguinte.

Art. 66 -

§ 4°. - Os funcionários que trabalham em regime de horário 12x36 terão direito a 02 (duas) folgas por mês, que serão definidas pela Chefia Imediata.

Art. 105 -

§ 2°.- Esta licença, que não excederá 30 (trinta) dias, será concedida sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, até o limite de 02 (duas) vezes ao ano.

Art. 107 -

Prefeitura Municipal de Rio Grande da Serra

Estado de São Paulo

§ 5°. - - Se no período da licença de que trata o *caput* deste artigo a criança vier a óbito, a funcionária não perderá o direito à licença maternidade.

Art. 107 A - No caso de natimorto, será concedida à funcionária uma licença pelo período de 30 (trinta) dias.

Parágrafo único - Considera-se natimorto o proveniente de parto realizado a partir da 23ª (vigésima terceira) semana de gestação.

Art. 117 -

II -

c) falecimento de avós, mediante a comprovação de grau de parentesco.

Art. 118 -

 $\$ 3°. – Deverá o funcionário retornar ao seu horário normal no período de férias e recesso escolar."

Art. 120 -

X - um dia na semana do aniversário natalício do funcionário.

Art. 2º. - As despesas com a execução desta lei correrão por conta de verbas próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 3º. - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio Grande da Serra, 02 de junho de 2.022 – 58°. Ano de Emancipação Político-Administrativa do Município.

Cláudio Manoel Melo

Prefeito Municipal

Pjlei: 09.04.2022=PM Autógrafo: 018.05.2022=CM

PA: 1048/2022

Publicado no quadro de editais na mesma data e pela imprensa na forma da lei.